



CÂMARA DE VEREADORES DE PITANGA

Rua Visconde de Guarapuava, 311 - Fone/Fax (42) 3646-3443 - Cx. Postal 106
Centro Administrativo 28 de Janeiro - CEP 85.200-000 - Pitanga - Paraná
www.camarapitanga.pr.gov.br camara@camarapitanga.pr.gov.br



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 03/2018

Alteração do quadro urbano do Município de Pitanga/PR.

Autor: O Chefe do Poder Executivo

Relatora: Vereadora Marlene Soares Munhoz

I – RELATÓRIO

Trata-se de projeto de lei complementar, de iniciativa do Chefe do Poder Executivo, que objetiva a alteração dos anexos da Lei Complementar nº 43, de 9 de maio de 2018, diante da necessidade de se ampliar o perímetro urbano.

A proposição veio acompanhada de justificativa e de manifestação do Conselho da Cidade.

Consta, também, informação jurídica da Procuradoria desta casa.

II – ANÁLISE

Nos termos do inciso I do artigo 54 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Pitanga, compete à Comissão de Constituição e Justiça manifestar-se para efeitos de admissibilidade e tramitação, sobre os aspectos constitucionais, legais, regimentais e de técnica legislativa das proposições.

Em análise da proposição apresentada, verifico que não há nenhum vício de constitucionalidade e legalidade, capaz de prejudicar o seu andamento nesta casa.

Ademais, toda a estrutura do projeto obedece aos ditames da Lei Complementar Federal nº 95/98.

A procuradoria recomendou a realização de audiência pública considerando que a alteração do perímetro urbano implica na modificação do plano diretor.



CÂMARA DE VEREADORES DE PITANGA

Rua Visconde de Guarapuava, 311 - Fone/Fax (42) 3646-3443 - Cx. Postal 106
Centro Administrativo 28 de Janeiro - CEP 85.200-000 - Pitanga - Paraná
www.camarapitanga.pr.gov.br camara@camarapitanga.pr.gov.br



Apontou que tal exigência consta do Estatuto da Cidade.

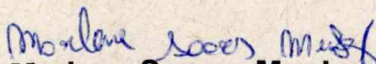
Em que pese tal recomendação, nota-se que na audiência pública realizada no dia 18/04/2018 (cópia da ata em anexo) foi discutida a necessidade de inclusão da região em que será instalado o hospital regional no perímetro urbano. Portanto, a consulta popular acerca de matéria foi realizada atendendo o disposto no Estatuto da Cidade, razão pela qual entendo desnecessária nova audiência sobre a questão.

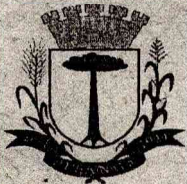
Nada impede, porém, a realização da audiência pela Comissão de Políticas Gerais.

Assim, o projeto de lei complementar nº 3/2018, reveste-se de boa forma constitucional, legal e de boa técnica legislativa, razão pela qual opino favoravelmente à sua tramitação.

É como voto.

Sala das Comissões, 16 de maio de 2018.


Vereadora **Marlene Soares Munhoz**
Relatora



CÂMARA DE VEREADORES DE PITANGA

Rua Visconde de Guarapuava, 311 - Fone/Fax (42) 3646-3443 - Cx. Postal 106
Centro Administrativo 28 de Janeiro - CEP 85.200-000 - Pitanga - Paraná
www.camarapitanga.pr.gov.br camara@camarapitanga.pr.gov.br



ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA REFERENTE AO EDITAL 01/2018 DA COMISSÃO DE POLÍTICAS GERAIS

Aos dezoito dias de abril de dois mil e dezoito o presidente da Comissão de Políticas Gerais às quatorze horas e quinze minutos, declarou aberta a audiência que irá apresentar e discutir o substitutivo nº 01 ao Projeto de Lei Complementar nº 04/2018 que trata do Plano Diretor Municipal e o substitutivo nº 01 ao Projeto de Lei nº 5/2018. O presidente fez uma breve explanação sobre o conceito de plano Diretor Municipal. O presidente passou a palavra à Senhora Edimara Renauer, presidente do Conselho da Cidade que agradeceu e explicou que nesta reunião será uma reunião normal do Conselho e ao final será tratada sobre o Plano Diretor e o tema específico desta audiência. A senhora Edimara procedeu a leitura da ata da última reunião do Conselho, que foi aprovada por todos os membros do conselho. A presidente do Conselho comentou sobre a pauta da reunião e a substituição de membro do conselho, a mudança de dias de reunião do conselho, apresentação do Projeto "Meu Campinho", comentaram sobre questões pontuais e obras que estão em andamento no município e algumas com problemas e que foram notificadas pelo município. A Arquiteta do município, senhora Carol, apresentou seu ponto de vista. O secretário Glenn fez ponderações sobre o tema e comentou que o Conselho não tem como aprovar um projeto sem embasamento técnico e pediu que o requisitante apresentasse os problemas e as possíveis soluções sempre embasada em dados técnicos. A engenheira Patrícia Zampier fez suas considerações. A Senhora Edimara comentou que não adianta vir até o conselho sem este documento. A senhora Nara comentou que a arquiteta Carol não pode emitir um parecer diferente das normas. O senhor José de Oliveira comentou sobre a questão. A senhora Edimara comentou sobre o Plano Diretor que está tramitando na Câmara e que muitos documentos não foram encontrados e que por falta deste Plano Diretor muitos projetos estão comprometidos. Muitas falhas foram encontradas, mas que se todas as alterações forem efetuadas agora, o município continuaria sem esta norma e por isso teria dificuldades para a realização de projetos e a perda de recursos federais. Falou que era requisito de que este plano passou pelo Conselho na época, mas não foi encontrado nenhuma documentação comprobatória, que o secretário Glenn esteve em Londrina e trouxe alguns documentos que a empresa apresentou como a comprovação destas reuniões e audiências. Falou que algumas audiências foram comprovadas por notícias de jornais. Esta audiência pública é para a apresentação deste projeto, justamente para que dê andamento necessário para a tramitação e dar continuidade ao projeto. O presidente solicitou ao vereador Jorge a leitura dos relatórios da Comissão de Constituição e Justiça e da Comissão de Finanças e Orçamento. No relatório da Comissão de Constituição e Justiça o relatório propôs modificação de redação e técnicas legislativas, relata que o executivo apresentou notícias de jornais como provas da realização de audiência pública para a elaboração do projeto. No relatório da Comissão de Finanças e Orçamento o vereador ressaltou que a Comissão de Constituição e Justiça apresentou substitutivo à matéria e verificando que os documentos que acompanham atendem os preceitos da Lei Orgânica do Município e que deve seguir seu trâmite nesta Casa. O presidente perguntou se alguém gostaria de manifestar-se e a Senhora Patrícia Zampier, engenheira, perguntou se todos os projetos estão tramitando. O presidente comentou que somente nesta audiência estão tramitando os projetos de lei complementar nº 04 e 05/2017. O presidente comentou que os outros projetos também estão em trâmite. O vereador Jorge comentou a leitura que foi realizada foi do substitutivo nº 01 ao projeto de lei complementar nº 4/2017, que trata do Plano Diretor. A senhora Edimara comentou que a elaboração aconteceu anteriormente, e que a Câmara está apresentando sua discussão. O presidente solicitou que o vereador Silmar procedesse a leitura dos relatórios da Comissão de Constituição e Justiça e Comissão de Finanças e Orçamento do substitutivo nº 01 ao projeto de lei complementar nº 5/2017 que objetiva o perímetro urbano do município. A Comissão de Constituição e Justiça comenta que as modificações apresentadas pelo substitutivo não alteram o conteúdo e promoveu modificações formais e que o autor reuniu documentos e notícias de jornais para provar que realizou as audiências públicas necessárias a elaboração deste documento. O vereador Silmar continuou com a leitura do relatório pela Comissão de Finanças e Orçamento, que considera as modificações realizadas pela comissão anterior são pertinentes. O presidente perguntou se alguém gostaria de apresentar opinião sobre o assunto. A engenheira Patrícia comentou que os vereadores pediram apoio das empresas de engenharia e estas estão colaborando com a

Câmara porque esta matéria é muito importante para seus trabalhos. Agradeceu a iniciativa dos vereadores. O presidente Eliseu comentou que os vereadores é que devem agradecer a esta disponibilidade dos profissionais. O presidente comentou que esta matéria é muito importante e necessita de uma aprovação mais urgente, devido a construção do hospital. O presidente ressaltou que é importante, mas é necessário ter cautela para não aprovar um projeto que mais tarde cause mais problemas, devido a falta de discussão e análise mais profunda, e deve ser discutida com a população e com o conselho. Falou que esta matéria estará na próxima reunião da comissão e pediu que todos apresentem suas opiniões. O secretário Glenn falou que esta matéria é muito delicada, que deu entrada em dezembro de 2016, que foi retirado em 2017 por conter falhas. A equipe estudou novamente e corrigiu algumas falhas sem modificar o conteúdo da matéria. O secretário comentou que não foram localizadas as atas de realização de audiência pública, mas que ele conseguiu algumas atas depois de ir até a sede da empresa e que o Sr. Osvaldo Rachele falou que participou de uma das audiências públicas, mas essa também não localizada a ata, falou que foram realizadas audiências públicas no Centro Cultural, na Câmara, na Vila Nova para discutir o Plano Diretor. O secretário comentou que o trabalho da Câmara é louvável, mas que esta audiência já foi realizada. Falou que para o hospital foi determinado o local, que o local é viável, que é necessário se adaptar. O Plano Diretor precisa ser aprovado logo, e que o município já está sem um vigente. O secretário Glenn comentou que preocupa-se com as modificações realizadas no Plano Diretor e quais as modificações que serão realizadas no legislativo. O vereador Jorge falou que o convite foi feito à equipe técnica de profissionais, mas que precisam ouvir o que os técnicos que estão trabalhando com a população, para não cometer erros. Falou que se os vereadores se ocuparem de ouvir apenas o que o corpo técnico da prefeitura correm o risco de cometer um erro que vai comprometer por dez anos. Falou que todos os projetos receberam substitutivo. Falou que a população os concedeu esta prerrogativa de estudar e escutar a voz da população. Falou que caso o Executivo não concorde com alguma modificação ele tem a prerrogativa de vetar. O vereador Silmar perguntou sobre o tempo para que o município não perca a verba para o hospital. A senhora Edimara falou que esta matéria tinha muitas falhas e por isso a demora no envio para a Câmara. Falou que este trabalho não pode ser desconsiderado na totalidade e que a demora de análise pode incorrer em perda de recursos para a construção do hospital. O Ministério Público julgou que o hospital não está no perímetro urbano e por esta razão quando da apresentação da documentação para empenho da verba no ministério precisa ter a regularização deste perímetro urbano. Falou que caso não sejam aprovados logo estes projetos o município pode perder grandes recursos destinados pelo governo federal, e citou outras obras de grande vulto para o município e que dependem de aprovação destas matérias. O vereador Silmar comentou que concorda com a senhora Edimara. O vereador Jorge falou que não adianta ficar procurando culpado, mas é preciso ver que a Câmara não tinha as atas de realização de audiência pública, o secretário correu atrás e trouxe, não havia as atas da reunião do Conselho da Cidade. Falou que nenhum dos projetos do Plano Diretor tinha a manifestação do Conselho da Cidade que qualquer obra, qualquer destes empreendimentos, iria parar por falta desta manifestação do Conselho da Cidade. Que estão fazendo agora o que teriam que ter feito no passado, e que agora estão referendando o Plano Diretor. Este é o documento legal que a Caixa Econômica e o SEDU irá exigir. Continuou falando que é preciso na próxima semana fazer nova audiência pública para apresentação dos outros projetos. A senhora Patrícia comentou que as alterações que propõem é sempre baseada em normas de outros municípios, pois hoje muitos tem medo de construir em Pitanga. Falou que estão revisando as normas e não estão pensando apenas nos empreiteiros, o objetivo é o bem do município. Comentou que muitas coisas foram discutidas, mas a empresa não colocou na matéria e por isso estão sendo discutidas novamente. Falou que na metade do ano passado perguntaram para ela o que seria o conselho e ela explicou, foi quando a Senhora Nara também participou para a reativação do Conselho da Cidade. Ressaltou do interesse em fazer as coisas com coerência, qualidade e dentro da legislação, que este é o objetivo de todos os profissionais. O presidente Eliseu abriu a palavra e a senhora Cristiane Muniz comentou sobre a notificação feita ao hospital que colocava em um mesmo local leito de crianças e de adultos, e que pode a qualquer momento ser fechado por conter esse tipo de irregularidade. Falou sobre a questão do perímetro urbano e a construção do hospital que é urgente. O vereador Eliseu comentou sobre um exemplo como a questão do Schon Diesel que instalou-se primeiro naquele local e depois levou creche e outras melhorias. Falou que é necessário discutir a localização anteriormente, tudo é preciso ser ponderado, e que não é porque é uma obra de R\$59 milhões, mas é preciso pensar na população e discutir. A senhora Edimara falou que o projeto passou por duas análises, em uma delas contou e pesou muito a questão da UCP já ter uma carta de intenções

[Handwritten signatures and marks at the bottom of the page]

protocolada junto ao Ministério da Educação, na criação de cursos na área de saúde e como parceira para prestar auxílio ao gerir hospital. Falou que na questão da rodovia já tem uma liberação e aprovação por parte do DER para a construção de um viaduto no local. O presidente comentou que muitas informações somente chegam nessas audiências. O presidente agradeceu a presença de todos e comentou que esta audiência irá colaborar com a decisão da comissão para o melhor para a população. O presidente declarou encerrada a presente audiência pública.

Pitanga 18 de abril de 2018.

Eliseu Tkaczuk
Presidente da Comissão.



Jorge Rittner
Vereador

Edimara V. G. Renauer
Edimara Renauer
Ass. de Planejamento

Silmar Cardoso dos Santos
Vereador

Glenn W. Barbosa
Sec. Administração

Fabício Duarte Holovka
Vereador

Caroline Cesar de Castro
Caroline Cesar de Castro
Arquiteta

Amadeus Penga
Vereador

Patrícia Zampier
Conselho da Cidade

Mara Dequech
Secretária da Cidade

José de Oliveira
Conselho da Cidade

Maria Helena Rafaeli
Conselho da Cidade

Lucia Tkaczuk
Conselho da Cidade

Fabiano Sedorak
Conselho da Cidade

Cristiane Muniz
Conselho da Cidade

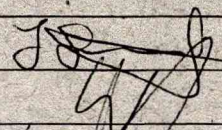
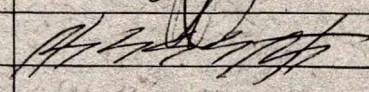
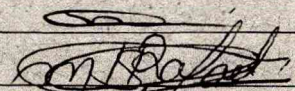
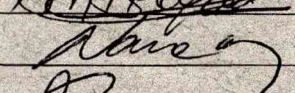
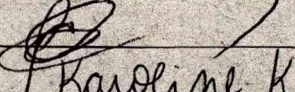
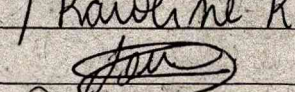
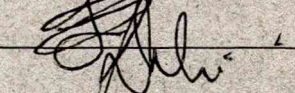
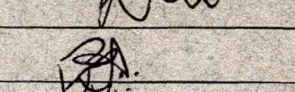
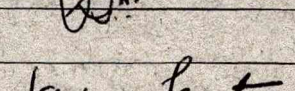
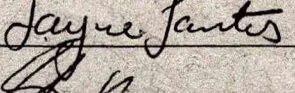
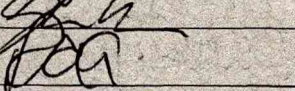
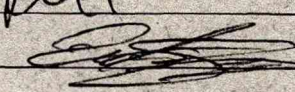
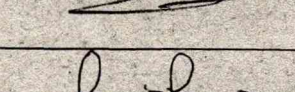
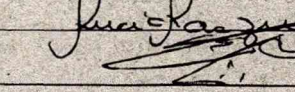
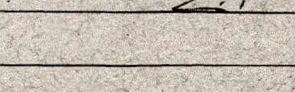
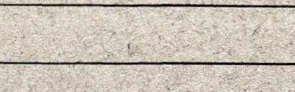
Fabiano Sedorak

AUDIÊNCIA PÚBLICA

EDITAL Nº 1/2018 - COMISSÃO DE POLÍTICAS GERAIS

18/04/2018 às 114 horas - PLENÁRIO NESTOR HORODENSKI



CONVIDADO	ASSINATURA
Jose Gelson Mendes Teixeira	
Elisa Lacerda	
Silvan Cardoso dos Santos	
Lucia dos Santos	
Guilherme Neto	
Edimere V. J. Penha	
Maria Helena S. Rafael	
Maria Eduarda Teixeira	
Adriano Sedorok	
Karoline Krause de Lima	
Jose de Oliveira Martins	
Pamela Jaiane	
Cristiane Muniz	
Jose Helio Carvalho	
Patricia A. Zampier Leal	
Maria de Oliveira	
Jayne Santos - Comunicacao Prefeitura	
Glenn William R. Barbosa	
Helio G. Kraske	
Jose Carlos Siqueira	
Sotiana Moura	
Lucia Kraske	
João W. Hloboko	



CÂMARA DE VEREADORES DE PITANGA

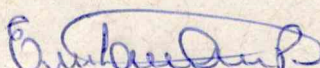
Rua Visconde de Guarapuava, 311 - Fone/Fax (42) 3646-3443 - Cx. Postal 106
Centro Administrativo 28 de Janeiro - CEP 85.200-000 - Pitanga - Paraná
www.camarapitanga.pr.gov.br camara@camarapitanga.pr.gov.br

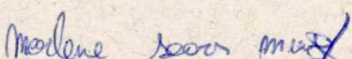


PARECER DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

A Comissão de Constituição e Justiça, em reunião do dia 17 de maio de 2018, analisou e entendeu que o Projeto de Lei Complementar nº 03/2018 está apto a seguir seu trâmite nesta casa, acompanhando na íntegra o voto do relator.

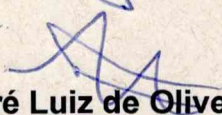
Sala das comissões, 17 de maio de 2018


Eloy de Lurdes Ottoni Pauloski
Presidente


Marlene Soares Munhoz
Vice-Presidente/Relatora


Jorge Pittner


Silmar Cardoso dos Santos


André Luiz de Oliveira